

**O** Brasil concentra no meio rural o maior número de pobres e segue ostentando um dos piores índices de desigualdade social do mundo. A continuidade desse quadro em um país com tão vastas disponibilidades territoriais, ambientais, econômicas e culturais só pode ser explicada pela permanência do histórico padrão de desenvolvimento que reproduz estruturas de poder bloqueadoras do acesso das populações mais empobrecidas aos seus benefícios.

As políticas e programas governamentais para o campo têm sido incapazes de desarticular essas estruturas, uma vez que não são concebidas para promover a plena cidadania e a inserção dos mais pobres nas dinâmicas de desenvolvimento econômico. Ao contrário, orientam-se a partir da falsa dicotomia que considera parte do universo das famílias rurais como agentes econômicos, enquanto a outra parte, a mais pobre, é vista como beneficiária da assistência social. Além disso, a tese de que a superação da pobreza será alcançada por meio do crescimento econômico turbinado pelo agronegócio continua a legitimar politicamente o modelo de desenvolvimento rural concentrador da renda e dos fatores de produção, sobretudo a terra. A essência perversa dessa concepção se manifesta na patente contradição entre índices empregados na medida do desenvolvimento: enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio apresenta crescimento vertiginoso no curto prazo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos territórios de expansão das monoculturas permanece baixo ou mesmo em queda.

Embora o crescimento econômico seja um componente a ser considerado nas estratégias para a superação da pobreza, não há dúvida de que o efeito desse crescimento é tanto menor, ou mesmo negativo, quanto mais desigual for a sociedade. Para ser efetiva, qualquer estratégia para superar a pobreza e as desigualdades sociais implica a adoção de medidas que ampliem as margens de liberdade dos mais pobres para que os mesmos possam participar e usufruir dos processos de geração de riquezas na sociedade. O acesso precário ou inexistente à terra e aos recursos naturais; a insegurança alimentar e nutricional; os baixos e incertos ingressos monetários, assim como a destituição de culturas e identidades socioculturais; o baixo nível de participação em organizações sociais; e a marginalização no acesso aos benefícios das políticas públicas estão entre as formas de privação mais comuns vivenciadas pelas famílias agricultoras mais empobrecidas. Essas privações de ordem material, cultural e política ocorrem de forma simultânea e se realimentam mutuamente, criando círculos viciosos que reproduzem a pobreza ao tolher o horizonte de escolhas dos mais pobres para elaborar e pôr em prática estratégias próprias para alcançar uma vida plena e criativa.

As experiências apresentadas nesta edição demonstram como a perspectiva agroecológica pode propiciar condições para o empoderamento das famílias rurais mais pobres ao fomentar dinâmicas de inovação agrícola e sócio-organizativa orientadas para a construção de crescentes graus de autonomia técnica, econômica e cultural com base na utilização inteligente dos recursos locais e na revitalização dos mecanismos de reciprocidade típicos em comunidades camponesas.

*O editor*



ISSN: 1807-491X

**Agriculturas**  
experiências em agroecologia

v. 5, nº 4

(corresponde ao v. 24, nº 3 da Revista Leisa)

*Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* é uma publicação da AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa –, em parceria com a Fundação Ileia – Centre of Information on Low External Input and Sustainable Agriculture.

**AS-PTA**

ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS  
EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

Rua Candelária, nº 9, 6º andar  
Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 20091-020  
Telefone: 55 (21) 2253-8317 Fax: 55 (21) 2233-8363  
E-mail: revista@aspta.org.br  
www.aspta.org.br

**Fundação Ileia**

P.O. Box 2067, 3800 CB Amersfoort, Holanda.  
Telefone: +31 33 467 38 70 Fax: +31 33 463 24 10  
www.ileia.info

**Conselho Editorial**

Eugênio Ferrari

*Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM*

Jean Marc von der Weid  
AS-PTA

José Antônio Costabeber

*Ass. Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, RS*

Marcelino Lima

*Caatinga/Centro Sabiá, PE*

Maria Emília Pacheco

*Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional Fase, RJ*

Maria José Guazzelli

*Centro Ecológico, RS*

Miguel Ângelo da Silveira

*Embrapa Meio Ambiente*

Romier Sousa

*Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia - GTNA*

Sílvio Gomes de Almeida

*AS-PTA*

**Equipe Executiva**

*Editor* Paulo Petersen

*Editor convidado para este número* Jorge O. Romano

*Produção Executiva* Adriana Galvão Freire

*Pesquisa* Adriana Galvão Freire, Paulo Petersen

*Base de dados de subscritores* Nádia Maria Miceli de Oliveira

*Copidesque* Rosa L. Peralta

*Revisão* Gláucia Cruz

*Tradução* Flávia Londres

*Foto da capa* Adriana Galvão Freire

*Projeto gráfico e diagramação* I Graficci

*Impressão* Holográfica

*Tiragem* 6.000

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.

**Nota:** Esta edição está em conformidade com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa que entrará em vigor em janeiro de 2009.

